



MERCOSUL/ II RAPIM / ATA N° 02/15

## **II REUNIÃO DE AUTORIDADES SOBRE POVOS INDÍGENAS DO MERCOSUL**

Realizou-se na sede da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em Brasília, entre os dias 16 e 17 de junho de 2015, a II Reunião de Autoridades Sobre Povos Indígenas do MERCOSUL (RAPIM), com a presença de representantes dos seguintes Estados Membros e Associados do bloco: República Argentina, Estado Plurinacional da Bolívia, República Federativa do Brasil, República do Chile, República do Equador, República do Paraguai, República do Peru e República Bolivariana da Venezuela.

Tendo em vista o disposto na Decisão CMC N° 04/93 “Participação nas Reuniões” e o Artigo 2° da Resolução GMC N° 26/01 “Atas e Documentos do MERCOSUL” e o fato de que o Uruguai não se fez representar à reunião, a Ata e seus Anexos ficam ad referendum daquele país.

A lista de participantes do evento se encontra no **Anexo I**.

### **1) Abertura**

O Presidente interino da FUNAI e Coordenador Nacional da RAPIM pelo Brasil, Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo, deu as boas vindas às delegações estrangeiras e representações de outros órgãos governamentais, ao que se seguiram as falas de abertura dos demais participantes.

O Assessor Internacional da FUNAI, Felipe de Lucena Rodrigues Alves, apresentou a proposta de agenda para a reunião, a qual foi apreciada, aceita por todos os participantes da reunião e se encontra no **Anexo II**.

### **2) Relato da Reunião Técnica Preparatória da II RAPIM (Brasília, maio de 2015)**

Após breve relato dos debates e encaminhamentos da reunião técnica preparatória da II RAPIM feito pela delegação brasileira, os participantes da reunião iniciaram debate sobre os seguintes pontos, com vistas ao avanço do plano de ação da RAPIM. Os resultados mais aprofundados das discussões seguem nas seções posteriores deste documento.

- 1) *Intercâmbio de informações sobre marcos legais e políticas nacionais voltadas aos povos indígenas no MERCOSUL (Eixo Temático 1)*
- 2) *Participação indígena na RAPIM (Eixo Temático 2)*
- 3) *Educação Intercultural (Eixo Temático 4) – Temas do Plano de Ação da RAPIM*
- 4) *Interações entre a RAPIM, instâncias especializadas do MERCOSUL e outros foros*

*internacionais sobre os direitos dos povos indígenas (Eixo Temático 6)*

*5) Registro civil e direitos de cidadania de indígenas em fronteiras (Eixo Temático 1) – Proposta de trabalho*

### **3) Intercâmbio de informações sobre marcos legais e políticas nacionais voltadas aos povos indígenas no MERCOSUL**

Os participantes dialogaram sobre os avanços e desafios no que se refere aos marcos legais e às políticas públicas nacionais voltadas aos direitos dos povos indígenas, identificando como principais campos das políticas indigenistas nacionais: (1) a incorporação de normas internacionais, como a Convenção nº 169 da OIT e a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aos arcabouços jurídicos nacionais; (2) o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas; (3) o seu direito à consulta e participação; (4) a adoção de um estatuto jurídico específico dos povos e comunidades indígenas; (5) o estabelecimento de ministérios sobre assuntos indígenas; e (6) a execução de uma política voltada ao desenvolvimento dos povos e comunidades indígenas; conforme matriz apresentada pela Assessora de Assuntos Indígenas do Ministério de Desenvolvimento Social da República do Chile, Minerva Castañeda Meliñan (**Anexo III**).

As delegações que ainda não enviaram suas contribuições ao preenchimento da referida matriz se comprometeram a fazê-lo antes do fim da Presidência Pró-Tempore brasileira, em julho de 2015.

### **4) Participação indígena na RAPIM**

Tomando em conta o espírito de cooperação entre os povos da América Latina que esteve presente na proposta de criação do MERCOSUL Indígena, os participantes da reunião reforçaram a importância da participação de representantes dos movimentos e comunidades indígenas nas discussões levadas a cabo pela RAPIM.

Nesse sentido, as delegações se comprometeram a seguir considerando formas de promover essa participação, indicando a possibilidade de se realizar, às vésperas de sua terceira edição, no segundo semestre de 2015, um encontro de representantes indígenas no qual possam aportar suas perspectivas quanto aos debates da RAPIM. Cada Estado Membro e Associado do MERCOSUL coordenará processos nacionais de diálogo para escolha das lideranças indígenas que assistirão a esse diálogo preparatório e custeará sua participação (com respeito a este último compromisso, a Argentina interpreta que avaliará as possibilidades de viabilizar tal participação).

Após breve intercâmbio sobre as experiências nacionais de participação indígena, as delegações destacaram as dificuldades implicadas nesses processos, principalmente no que diz respeito à representatividade dos indígenas e ao estabelecimento de diálogos construtivos. Com isso, a delegação brasileira indicou a necessidade de uma maior organização e melhor articulação entre os pontos focais na preparação da RAPIM para que se possa efetivar a referida participação.

Assim, os países se comprometeram a mobilizar periodicamente as suas embaixadas nas capitais





dos Estados Membros que exerçam a Presidência Pró-Tempore do MERCOSUL, com vistas a facilitar a interação entre os coordenadores nacionais da RAPIM e as chancelarias nacionais. Adicionalmente, serão utilizadas ferramentas como videoconferências e grupos de correio eletrônico para aprofundar as interações ao longo dos processos de organização da RAPIM.

Houve ainda neste momento, por sugestão da delegação chilena, uma troca de informações referentes aos processos nacionais de regulamentação do direito dos povos indígenas à consulta livre, prévia e informada, conforme a Convenção nº 169 da OIT.

#### **5) Temas do Plano de Ação da RAPIM**

Conforme encaminhamento da Reunião Técnica Preparatória da II RAPIM, a delegação venezuelana apresentou proposta de trabalho para o Eixo Temático 4 voltada ao intercâmbio de informações e experiências nacionais sobre “educação intercultural”.

Segundo a Ministra do Poder Popular dos Povos Indígenas da República Bolivariana da Venezuela, Aloha Núñez, e outros participantes, temas como a formação de professores indígenas, a elaboração de materiais didáticos bilíngues, o registro e a proteção de línguas indígenas ameaçadas possuem avanços e desafios específicos em cada país, sendo importante uma primeira aproximação no sentido de conhecer e refletir conjuntamente para o estabelecimento de políticas públicas mais eficazes nessas áreas.

As delegações se comprometeram a realizar, ao longo de 2015, uma rodada de videoconferências que inclua técnicos sobre o tema e que permita avançar essas propostas, com vistas a um maior intercâmbio entre os países. Nesse contexto, indicaram ainda a possibilidade de aproximação com outras organizações que discutem temáticas de interesse.

#### **6) Interações entre a RAPIM, instâncias especializadas do MERCOSUL e outros foros internacionais sobre os direitos dos povos indígenas.**

Dentre os eixos e objetivos propostos no Plano de Ação da RAPIM, diversos temas têm interface com outras instâncias especializadas do MERCOSUL.

Conforme relato da Assessoria Internacional da FUNAI, a Reunião de Altas Autoridades Competentes em Direitos Humanos e Chancelarias (RAADH), cuja vigésima sexta edição ocorreu em maio de 2015, em Brasília, teve em um de seus grupos de trabalho a deliberação dos participantes para abordar a temática dos direitos da criança indígena em conjunto com a RAPIM. Os participantes desta reunião aprovaram a iniciativa e indicaram sua disposição para colaborar no processo de elaboração de uma proposta de trabalho conjunto entre as instâncias do bloco, relacionadas ao Eixo Temático 1 do Plano de Ação da RAPIM.

Da forma similar, os participantes da III Reunião da Comissão de Diversidade Cultural (CDC), realizada em maio de 2015, em Brasília, e a coordenação nacional brasileira da Reunião





Especializada em Agricultura Familiar (REAF) acenaram com a possibilidade de uma maior aproximação com a RAPIM, respectivamente em torno dos eixos temáticos 4 (culturas e saberes ancestrais) e 5 (práticas e produtos tradicionais sustentáveis) de seu Plano de Ação.

Os participantes da II RAPIM consideraram que as experiências desses foros especializados com a participação da sociedade civil e na estruturação de uma secretaria permanente que favoreça a continuidade e eficiência dos trabalhos, em conjunto com um esforço de aproximação de órgãos como o Instituto Social do MERCOSUL (ISM) e o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH), são possibilidades de interação que contribuiriam para o fortalecimento do MERCOSUL Indígena.

Adicionalmente, os participantes tomaram conhecimento do Acordo nº 10/13, firmado durante a XXXV Reunião de Ministros de Saúde (RMS), na Venezuela, e que busca promover uma política de saúde indígena no MERCOSUL. De acordo com o documento, apresentado no **Anexo IV**, foi criada uma Comissão Intergovernamental no âmbito da RMS com a atribuição de favorecer o intercâmbio e a integração das políticas de atenção de saúde voltada aos povos indígenas da região. As delegações presentes na II RAPIM endossaram o referido esforço e manifestaram sua disposição para aprofundar o diálogo com a instância especializada em temas de saúde em futuras reuniões.

Por fim, os participantes fizeram referência ao Eixo Temático 3 do Plano de Ação da RAPIM, no qual se prevê um esforço conjunto para a construção de consensos regionais sobre assuntos tratados em outras instâncias multilaterais de diálogo sobre os direitos dos povos originários. A ideia é que se busquem posicionamentos comuns que reforcem a importância da RAPIM.

Após breve troca de impressões, as delegações reforçaram a proposta de realização de conferências por vídeo para buscarem esses consensos e construir conjuntamente, até a III RAPIM, uma proposta de participação em bloco que envolva a realização de evento paralelo conjunto durante a XV Sessão do Foro Permanente sobre Questões Indígenas da ONU, dentre outros eventos internacionais.

#### **7) Proposta de trabalho sobre o tema de Registro Civil de Nascimento e Direitos de Cidadania de Indígenas em regiões de fronteira entre os Estados Membros e Associados do MERCOSUL**

Levando em conta os subsídios reunidos em debates nacionais e no seminário nacional e internacional sobre o tema do registro civil de indígenas em fronteiras entre os países do MERCOSUL e os Estados Associados, realizado pela Presidência Pró-Tempore brasileira as vésperas da reunião técnica preparatória, em maio último, o Assessor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty, Marco Túlio Cabral, apresentou a proposta brasileira de trabalho para o tema (**Anexo V**).

Composta por quatro linhas de trabalho, a proposta demandará esforços nacionais para a compilação de informações demográficas, sobre a localização e a situação de registro civil dessas populações. A ideia é que esses elementos possam subsidiar esforços regionais para promover o acesso desses cidadãos do MERCOSUL e Estados associados a seus direitos individuais e coletivos,





aperfeiçoando os mecanismos em torno da mobilidade indígena entre os países do bloco.

Tendo a delegação equatoriana expressado o entendimento de que os processos de formação e consolidação dos estados e territórios nacionais na região afetaram os direitos dos povos indígenas, sendo uma questão de justiça social e histórica que os países se debruçam sobre o tema, chegou-se ao consenso de que existem dificuldades internas nos países que deverão ser levadas em conta para se alcançar os objetivos propostos. A delegação venezuelana apresentou documento de seu Poder Eleitoral (instituição responsável pelo registro civil naquele país) em que se expressa a posição oficial do país. Com base em seu ordenamento jurídico, as discussões sobre o tema deveriam ser tratadas em níveis bilaterais. Esse documento se encontra no **Anexo VI** desta ata.

Considerando ainda a complexidade das linhas de ação presentes na proposta brasileira para o tema de registro civil de indígenas nas fronteiras, que envolverão a coordenação de esforços nacionais para o recenseamento e o georreferenciamento das comunidades indígenas nessa situação como parte de esforços de implementação de propostas regionais, tais como a proposta de um acordo específico sobre a residência de indígenas em regiões de fronteira.

Os representantes governamentais presentes se comprometeram a aprofundar os diálogos internos para impulsionar os compromissos a níveis nacionais, assim como a utilizar ferramentas tais como videoconferências e grupos de correio eletrônico para fazer avançar a proposta até a próxima edição da RAPIM.

Por fim, a delegação chilena fez uma apresentação sobre os mecanismos nacionais daquele país para o reconhecimento étnico de povos indígenas, para garantia de seu registro civil e acesso à documentação básica, assim como para lidar com temas migratórios relacionados com os povos indígenas.

## **8) Considerações e encaminhamentos finais**

Em que pese o acompanhamento da reunião por embaixadas de boa parte dos Estados Membros e Associados do MERCOSUL, a Ministra do Poder Popular da República Bolivariana da Venezuela, Aloha Núñez, manifestou sua profunda preocupação e insatisfação quanto à baixa adesão das autoridades nacionais encarregadas dos temas ligados aos direitos dos povos indígenas ao evento. Recomendou que os países possam acompanhar e contribuir com as discussões em nível político mais alto, sem prejuízo aos aportes técnicos e diplomáticos que outros participantes possam trazer às futuras edições da RAPIM.

## **9) Lista de anexos**

Anexo I      Lista de Participantes da II RAPIM

Anexo II      Agenda da II RAPIM




- Anexo III Matriz sobre marcos jurídicos nacionais sobre os direitos dos povos indígenas
- Anexo IV MERCOSUR/RMS/ACUERDO N° 10/13, de 22 de novembro de 2013.
- Anexo V Proposta de trabalho “Povos Indígenas Fronteiriços dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados (Registro Civil, Direitos de Cidadania) – Possíveis Linhas de Ação”.
- Anexo VI Documento s/n da Comissão de Registro Civil Eleitoral da República Bolivariana da Venezuela, sobre a proposta de trabalho brasileira para o tema.



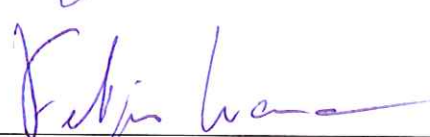
---

Pela República Argentina




---

Pelo Estado Plurinacional da Bolívia




---

Pela República Federativa do Brasil



---

Pela República do Chile



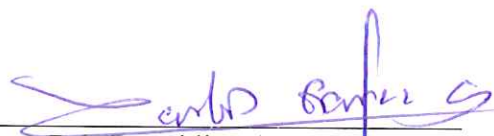
---

Pela República do Equador



---

Pela República do Paraguai



---

Pela República do Peru



---

Pela República Oriental do Uruguai



---

Pela República Bolivariana da Venezuela



II Reunião de Autoridades Sobre Povos Indígenas do MERCOSUL (RAPIM)  
 Brasília-DF, 16 de junho de 2015.

Nome	Instituição	País	Telefone	E-mail	Firma
FELDE DE LUENA R. AURES	FUNAI	BRASIL	+55 61 3247608	INTERNACIONAL@FUNAI.GOV.BR	
Maximiliano Aleniz	Embaixada	Argentina	+51 61 32377822	nic@mercic.pov.ar	
María Julia Cerrudo	Embajada	Argentina	+55 61 962228042	caj@mercic.gov.ar	
Ricardo Ortega Diaz	INDI	Paraguay	+595 981801436	ndi@sonortega@indigov.py	
Luís Namento Quiroz de Ayoví	Emb. Equador	Equador	+51 61 81804446	consuladobasilia@gmail.com	
María Urbanga	Embairadora	Venezuela	61-81429659	urbange.bruid@gmail.com	
Alotau Nanda	MINPI	Venezuela	0058 41651060	alotau@gmail.com	
Fátima Valdez Cepas	Emb. Bolívia	Bolívia	61-33663432	embolivia@embolivia.org.br	
MINGUELA CASTAÑEDA WELNAN	MINISTERIO DESARROLLO SOCIAL	CHILE	56-97988836	mcastaneda@desomollosocial.cl	
HELEN AMERICA GARCIA	SDH - PR	BRASIL	61-20235101	helen.garcia@SDH.gov.br	
Macedônia Cebal	MRE-DHS	Brasil	11-20302213	marco.cebal@itiam.mre.gov.br	
Alma Quandel U. de Aguiar	FUNAI	BRASIL	61-32776006	alma.quandel@funai.gov.br	
Agnesy Raitla Figueira	Minpi	Venezuela	0058 416219381	arbyraita@embolivia.org	
Martina Martinez Sengelle	Minpi	Venezuela	0416 6193439	martina1910@gmail.com	
Pirella Carideu	MD Lullpan	CHILE	061 3216 0237	pirella.carideu@lullpan.cl	
Agnesy de Guzmán Tuzi	MDA	Bolivia	+55 61 4000-0416	agnesy.tuzi@mda.gov.bo	
Amara Sane	FUNAI	Bolivia	+55 61 3470015	amara.sane@funai.gov.bo	
FRANCISCO RADAEL CASILLI DURÁN SITO	ESTR	BRASIL	61-3441.5847	francisco.raadael@estr.gov.br	
FRANCISCO SIDIPIA CESSE DA SILVA	MD	BRASIL	2030 8632	cesse@col.com.br	
CARLOS GARCIA PALACIOS	EMBAIXADA PERU	PERU	(61) 3443 8884	cgarcia@embperu.org.br	

II Reunião de Autoridades Sobre Povos Indígenas do MERCOSUL (RAPIM)  
 Brasília-DF, 17 de junho de 2015.

Nome	Instituição	País	Telefone	E-mail	Firma
FELIPE DE LUCENA R. ALVES	FUNAI	BRASIL	+55 61 324 7601 8	INTERNACIONAL@FUNAI.GOV.BR	[Assinatura]
Patrícia Chagas Nery	FUNAI	Brasil	+55 61 3242 6860	PATRICIA.NERY@FUNAI.GOV.BR	[Assinatura]
CARLOS GARCIA PALACIOS	EMBAJADA PERU	PERU	(61) 3413-8854	cgarcia@empereu.org.br	[Assinatura]
Marceline Alekx	Embaixada	Argentina	(61) 3212 7600	miz@mtcic.pov.ar	[Assinatura]
Maria Julia Cerudo	Embaixada	Argentina	(61) 9622-8042	caj@mtcic.gov.ar	[Assinatura]
Ricardo Ortega Diaz	INDI	Paraguay	+595 911 10134	ricardo.ortega@ndi.gov.py	[Assinatura]
Walter Roberto Quisnoza Ayovi	EMB. ECUADOR	ECUADOR	+593 61810444	walter.quisnoza@guano.gov.ec	[Assinatura]
Yana Rosales	SESAI IHS	Bolivia	33155933	Yana.Rosales@jand.gov.bo	[Assinatura]
Marcelo Andrade	HOLA	Venezuela	0216 6213325	mmandr@guai.com	[Assinatura]
Marco Lino Cabre	MRE-DHS	Brasil	+55 61 20309213	marco.cabre@itonal.gov.br	[Assinatura]
KINERUA ASTARIEDA MEYNTAN	MDSOCIAL	CHILE	56 92 5818306	kinerua@desosocial.cl	[Assinatura]
Arbenys Racilla	Munppi	Venezuela	0058 4166219381	arbenysracilla86@gmail.com	[Assinatura]
Aligna Núñez	Munppi	Venezuela	0058 416-6214159	aligna@guai.com	[Assinatura]





## II Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas do MERCOSUL (RAPIM)

Brasília, 16 e 17 de junho de 2015  
Sede da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

### Agenda Preliminar

Dia 16 de junho de 2015 (manhã)	
09h00 – 09h30	Recepção e credenciamento dos participantes
09h30 – 10h00	Abertura
10h00 – 11h00	Relato da Reunião Preparatória da II RAPIM 1) Intercâmbio sobre marcos legais de políticas públicas para povos indígenas – Eixo Temático 1. 2) Participação indígena na RAPIM – Eixo Temático 2. 3) Educação Intercultural – Eixo Temático 4. 4) RAPIM e outras reuniões especializadas do MERCOSUL – Eixo Temático 6. 5) Registro civil de indígenas em fronteiras – Eixo Temático 1.
11h00 – 12h30	Intercâmbio de informações sobre os marcos legais e as políticas públicas dos países voltadas aos povos indígenas
Dia 16 de junho de 2015 (tarde)	
14h00 – 15h30	Propostas para a participação indígena na RAPIM (Eixo Temático 2)
15h30 – 16h00	<i>Lanche</i>
16h00 – 17h00	Proposta de inclusão do tema “Educação Intercultural” no Eixo 4
17h00 – 18h00	RAPIM e outras reuniões especializadas do MERCOSUL (Eixo Temático 6).
18h00 – 18h30	Resumo dos encaminhamentos e programação do segundo dia

**Dia 17 de junho de 2015 (manhã)**

09h00 – 09h30 Recepção dos participantes

09h30 – 11h00 Apresentação de proposta de trabalho (Objetivo 4, Eixo Temático 1)  
Povos Indígenas Fronteiriços dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados  
Registro Civil, Direitos de Cidadania – Possíveis Linhas de Ação.

11h00 – 12h30 Debate e propostas sobre a interação da RAPIM com outras reuniões especializadas do MERCOSUL

- RAADH
- REAF
- CDC
- CCMASM
- Cúpula Social
- Outras

**Dia 17 de junho de 2015 (tarde)**

14h00 – 15h00 Resumo final dos encaminhamentos

15h00 – 16h00 Revisão de documentos e minutas a serem encaminhadas a outras instâncias do MERCOSUL

16h00 – 16h30 Lanche

16h30 – 17h30 Revisão da Ata da Reunião

17h30 – 18h00 Considerações finais e encerramento da reunião



### ANEXO III

#### MATRIZ DE CARACTERISTICAS GENERALES EN MATERIA INDIGENA

N°	País	Comenio 169			Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas			Ley Indígena del Gobierno			Ministerio Indígena			Mecanismo de Participación y Consulta Indígena			Política de Tierras			Política, Plan o Programa de Desarrollo Indígena			
		SI	X	NO	SI	X	NO	SI	X	NO	SI	X	NO	SI	X	NO	SI	X	NO	SI	X	NO	
1	ARGENTINA	SI		NO	SI		NO	SI		NO	SI		NO	SI		NO	SI		NO	SI		NO	
		Observaciones:			Observaciones:			Observaciones:			Observaciones:			Observaciones:			Observaciones:			Observaciones:			
2	BOLÍVIA	SI		NO	SI		NO	SI		NO	SI		NO	SI		NO	SI		NO	SI		NO	
		Observaciones:			Observaciones:			Observaciones:			Observaciones:			Observaciones:			Observaciones:			Observaciones:			
3	BRASIL	SI	X	NO	SI	X	NO	SI	X	NO	SI		NO	X	SI		NO	SI		NO	SI		NO
		Observaciones:			Observaciones:			Observaciones:			Observaciones:			Observaciones:			Observaciones:			Observaciones:			
4	CHILE	SI	X	NO	SI	X	NO	SI	X	NO	SI		NO	X	SI	X	NO	SI	X	NO	SI	X	NO
		Observaciones: Ratificado el 15 de Septiembre de 2008 durante el primer gobierno de la presidenta Michelle Bachelet. Entro en vigencia el 15			Observaciones: Chile voto a favor de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los derechos de los Pueblos Indígenas, aprobada en Asamblea General el 13			Observaciones: La ley Indígena N° 19.253 fue promulgada el 05 de Octubre de 1993 durante el Gobierno de Patricio Aylwin. Los aspectos que abordan están			Observaciones: La consulta Indígena para el Ministerio de Pueblos Indígenas y el Consejo de Pueblos Indígenas comenzó el 03 de Septiembre de 2014 en las			Observaciones: La consulta Indígena para el Ministerio de Pueblos Indígenas y el Consejo de Pueblos Indígenas comenzó el 03 de Septiembre de 2014 se			Observaciones: La ley indígena N° 19.253 resguarda y protege la propiedad de las tierras indígenas en su artículo N°12. El 24 de Noviembre del año 1993 se			Observaciones: Compromiso presidencial del 21 de Mayo de 2014 para la construcción participativa de una Agenda de Desarrollo Indígena. Entre sus			







**MERCOSUR/RMS/ACUERDO N° 10/13**

**PROMOVER UNA POLÍTICA DE SALUD INDÍGENA EN EL MERCOSUR**

**VISTO:** El Tratado de Asunción, el Protocolo de Ouro Preto; las Decisiones N° 03/95 y 12/11 del Consejo del Mercado Común; la Carta de Buenos Aires sobre Compromiso Social del MERCOSUR, Bolivia y Chile.

**CONSIDERANDO:**

Que el MERCOSUR ha venido consolidando la dimensión social como un eje prioritario y estratégico del proceso de integración regional.

Que en tal sentido, el Plan Estratégico de Acción Social del MERCOSUR (PEAS) consagra el Eje I - Erradicar el hambre, la pobreza y combatir las desigualdades sociales destacando en la Directriz Dos, el promover políticas distributivas observando la perspectiva de género, edad, raza y etnia.

Asimismo, el PEAS, establece en el Eje III - La universalización de la salud pública con tres directrices y objetivos prioritarios, que establecen entre otros, el asegurar el acceso a servicios públicos de salud integral, en calidad y humanizados; promover y armonizar políticas específicas para la salud indígena; articular las políticas y promover acuerdos regionales que garanticen el acceso a la salud pública en frontera.

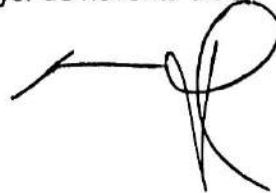
Que en tal sentido, resulta de gran importancia el fortalecimiento de los sistemas de salud indígena de los Estados Partes; con especial énfasis a la atención primaria para la salud y la prestación de los servicios para garantizar el acceso a una atención de calidad de la salud para la población;

Que las realidades y necesidades de los pueblos indígenas son extremadamente complejas y variables, se requiere una política de salud con enfoque intercultural, que garantice el disfrute de sus derechos y la equidad de oportunidades a mejores condiciones materiales y sociales de vida.

**LOS MINISTROS DE SALUD  
ACUERDAN:**

Art. 1 - Aprobar la creación de una Comisión Intergubernamental (CI) para promover una política integrada de Salud Indígena del MERCOSUR en el ámbito de la RMS.

Art. 2 - Establecer que la Comisión Intergubernamental (CI) estará integrada por un representante y un suplente de cada Estado Parte del MERCOSUR y Chile, que se designará en un plazo no mayor de noventa días.





Art. 3 – Instruir a la Comisión Intergubernamental (CI) que realice los siguientes objetivos:

- a) Promover una Política integrada de Salud Indígena en el MERCOSUR y Estados Asociados, considerando la transversalización de las directrices del PEAS en materia de Salud relativos a mujeres y para la atención a la primera infancia; acceso de los servicios en fronteras, orientación científica y educación sobre salud sexual y reproductiva y determinantes sociales de salud.
- b) Intercambiar experiencias y producir conocimientos para las adecuaciones interculturales en los establecimientos de salud de los diferentes niveles de atención, con el objetivo brindar un servicio adecuado, cónsono y con pertinencia cultural.
- c) Promover estrategias tendientes a la incorporación de personal indígena y otros con formación intercultural en los Servicios de Salud con énfasis en la Atención Primaria y realizar los enlaces hacia los restantes niveles de atención que se requieran.
- d) Desarrollar una estrategia tendiente a la formación y capacitación de talento humano indígena y otros desde una perspectiva intercultural, de acuerdo a las prioridades de los servicios de salud.

Art. 4 – Informar al Consejo del Mercado Común la aprobación del presente acuerdo en el ámbito de la Reunión de Ministros de Salud.

XXXV RMS – Caracas, 22/XI/13.

  
Por la República Argentina

  
Por la República Federativa del Brasil

  
Por la República Oriental del Uruguay

  
Por la República Bolivariana de Venezuela

  
Por la República Plurinacional de Bolivia

  
Por la República de Chile

\_\_\_\_\_  
Por la República de Ecuador

## II Reunión de Autoridades sobre Pueblos Indígenas del Mercosur – RAPIM Brasilia, junio de 2015

### Pueblos Indígenas en las Fronteras de los Estados Partes del Mercosur y de los Estados Asociados Registro Civil de Nacimiento, Derechos de Ciudadanía – Posibles Líneas de Acción

En el seminario *Registro Civil de Nacimiento de Indígenas en las Fronteras*, realizado en Brasilia en 11-13/05/2015, se discutieron estrategias para hacer frente al problema de la falta de documentación, particularmente de registro civil, entre los pueblos indígenas que viven en regiones de frontera del Mercosur y de los Estados asociados. Fueron examinadas cuatro líneas de acción: i) realización de un censo nominal georreferenciado de los pueblos indígenas en las fronteras de los Estados Partes del Mercosur y de los Estados asociados; ii) realización de un esfuerzo coordinado de registro civil de indígenas en las fronteras de los Estados Partes de Mercosur y de los Estados asociados; iii) negociación de un Acuerdo sobre Residencia de Indígenas Fronterizos de Mercosur y de los Estados Asociados; iv) ciudadanía múltiple de indígenas fronterizos.

#### I – Censo Nominal Georreferenciado de los Pueblos Indígenas Fronterizos de los Estados Partes del Mercosur y de los Estados Asociados

- La realización de un censo nominal georreferenciado de los pueblos indígenas fronterizos de los Estados Partes del Mercosur y de los Estados Asociados es de grande importancia para hacer posible el registro civil de los individuos pertenecientes a esos pueblos y garantizar sus otros derechos de ciudadanía.
- El censo deberá integrar datos ya disponibles y levantar datos adicionales por medio de investigaciones de campo, conforme la necesidad.
- Los datos deberán ser actualizados regularmente, con periodicidad a ser definida.
- El censo deberá tener dos componentes principales:
  - i) Levantamiento de las comunidades indígenas, con sus respectivos nombres y coordenadas geográficas. Dich levantamiento debe incluir todos los asentamientos, independientemente de que las áreas en cuestión sean tierras indígenas regularizadas o no.
  - ii) Censo nominal de todos los individuos indígenas fronterizos, asociado a informaciones sobre sus locales de residencia. Dicho censo deberá incluir tanto los individuos residentes en comunidades indígenas como aquellos que viven en ciudades.
- Deberá ser garantizada la privacidad de los individuos incluidos en el censo. Los datos levantados serán de uso exclusivo de las autoridades del Estado y de los pueblos indígenas y no deberán ser hechos públicos.
- La participación en el censo deberá ser voluntaria. Los individuos tendrán el derecho de no fomer sus informaciones personales.

#### II – Esfuerzo Coordinado de Registro Civil de Indígenas Fronterizos de los Estados Partes del Mercosur y de los Estados Asociados

- El registro civil es condición necesaria para el ejercicio de varios derechos de ciudadanía (“derechos que da derechos”). Una grande parte de los indígenas de los Estados Partes del Mercosur y de los Estados Asociados no posee registro civil (aproximadamente 32% en Brasil). Los problemas detectados en el registro de niños y niñas indígenas son recurrentes y afectan con particular intensidad los pueblos fronterizos.
- Dada la urgencia del problema, dicho esfuerzo coordinado deberá ser iniciado en el más breve plazo, independientemente de la conclusión del censo nominal georreferenciado mencionado arriba. Una vez finalizado el censo, los datos levantados serán de grande utilidad para el prosequimiento del proceso de registro de los ciudadanos y ciudadanas indígenas fronterizos.
- El esfuerzo coordinado de registro civil deberá involucrar todos los actores relevantes. Gobiernos nacionales, regionales y locales; Poder Judicial; Ministerio Público; notariías; organizaciones y líderes indígenas; ONGs etc. También deberán participar de ese esfuerzo las autoridades consulares de los países linderos.



### III – Negociación de un Acuerdo sobre Residencia de Indígenas Fronterizos del Mercosur y de los Estados Asociados

- Varios Estados tienen en sus ordenamientos jurídicos dispositivos específicos para garantizar el derecho de residencia de ciudadanos y ciudadanas indígenas de países vecinos, como es el caso de Estados Unidos y Canadá, en Norteamérica, y de Noruega, Suecia y Finlandia, en Europa.
- Análogamente, es necesaria la negociación de un Acuerdo sobre Residencia de Indígenas Fronterizos del Mercosur y de los Estados Asociados.
- Los pueblos indígenas, por medio de sus organizaciones y líderes, deberán ser consultados regularmente durante el proceso de negociación.
- Dicho acuerdo específicamente dedicado a los indígenas fronterizos deberá ser muy similar al Acuerdo sobre Residencia de los Estados Partes del Mercosur, Bolivia y Chile, de 2002. Análogamente a este último tratado, el Acuerdo sobre Residencia de Indígenas Fronterizos del Mercosur y de los Estados Asociados otorgará derechos de residencia a los indígenas fronterizos y les garantizará los mismos derechos y libertades civiles, sociales, culturales y económicas de los nacionales del país de recepción.
- La principal diferencia entre los dos tratados es que el Acuerdo sobre Residencia de Indígenas Fronterizos del Mercosur y de los Estados Asociados tendrá requisitos simplificados de documentación, compatibles con las particularidades de los ciudadanos y ciudadanas indígenas. Tampoco será exigido el pago de tasas, diferentemente de lo que pasa en el caso del Acuerdo sobre Residencia de los Estados Partes del Mercosur, Bolivia y Chile.

### IV – Ciudadanía Múltiple de Indígenas Fronterizos

- Los indígenas Fronterizos tienen a menudo derechos de ciudadanía en dos o más países, en consecuencia del local de nacimiento (*jus soli*) y de vínculos familiares (*jus sanguinis*).
- Otros indígenas fronterizos, aunque tengan vínculos de identidad, de familia y de amistad con indígenas de países vecinos, no tienen derechos de ciudadanía en estos últimos países.
- Los hay que reivindican la concesión, a miembros de pueblos indígenas que habitan en más de un país, de derechos de ciudadanía de dichos países a todos los individuos pertenecientes a los pueblos indígenas en cuestión.
- En vista de lo anterior, sería interesante que la RAPIM discutiera las implicaciones políticas y legales asociadas a la reivindicación de los pueblos indígenas fronterizos de gozar de derechos de ciudadanía en los distintos países habitados por dicho pueblos.



En atención a los acuerdos alcanzados en la Reunión Interinstitucional realizada en la sede del Ministerio del Poder Popular para los Pueblos Indígenas en fecha 11 de junio de 2015, en relación con los planteamientos efectuados por la República Federativa del Brasil en el marco del Mercosur Indígena el Consejo Nacional Electoral a través de la Comisión de Registro Civil y Electoral, realiza las siguientes consideraciones:

El Registro Civil en la República Bolivariana de Venezuela, es un servicio público esencial, que tiene por finalidad asegurar el derecho humano a la identidad, la identificación y el derecho a inscribir los actos que modifican y extinguen el estado civil de las personas, así como también brindar información demográfica para la planificación de políticas públicas por parte del Estado venezolano.

Este servicio público tiene rango constitucional, su estructura y funcionamiento están establecidos en la Ley Orgánica del Poder Electoral y en la Ley Orgánica de Registro Civil, siendo estas normas de orden público, por lo que su contenido no puede ser objeto de disposición por parte del Estado ni de los particulares.

De acuerdo con la información que nos fue suministrada, los planteamientos efectuados por la República Federativa del Brasil en el marco del Mercosur Indígena, estuvieron referidos:

1. La realización de un trabajo coordinado entre ese país y la República Bolivariana de Venezuela en materia de Registro Civil de las poblaciones indígenas en zona de frontera.
2. Establecimiento de una ciudadanía múltiple de indígenas fronterizos.

Sobre el primero de los puntos se debe afirmar que las inscripciones de nacimientos y demás actos que afectan al estado civil de los nacionales venezolanos sólo pueden ser realizados por las autoridades competentes de nuestro país, a saber Registradores y Registradoras Civiles en el territorio de la República y nuestros representantes consulares fuera de nuestro territorio, de acuerdo a los procedimientos y requisitos establecidos en la Ley Orgánica de Registro Civil, por lo cual no es posible la realización de un Registro Civil conjunto o supranacional.





Por otra parte, es importante destacar que el Registro Civil, es la fuente legal de información demográfica de nuestro país cuyo uso está destinado para la planificación de políticas públicas por parte de las instituciones del Estado venezolano, de acuerdo a los niveles de competencias establecidas por nuestro ordenamiento jurídico, en razón de lo cual el suministro de esta información es sólo de orden interno, con las limitaciones establecidas en la ley en cuanto a la privacidad e intimidad de las personas.

De existir la necesidad de información sobre un caso en específico, por parte de las autoridades de la República Federativa de Brasil se puede atender el requerimiento mediante los canales diplomáticos y consulares.

Sobre el segundo de los planteamientos, la nacionalidad y la ciudadanía venezolana están regidas por lo dispuesto en los Artículos 32 y 33 de la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela, en los cuales no se establece la obtención de la nacionalidad venezolana por las causas que se señalan en la propuesta que realizara la República Federativa del Brasil, en consecuencia no es posible la inscripción en el Registro Civil, como nacionales venezolanos, de aquellos habitantes de los pueblos indígenas que no cumplan con los supuestos constitucionales para la obtención de la nacionalidad.

Consideramos plausibles las propuestas destinadas a coordinar esfuerzos en materia de erradicación del subregistro de nacimientos y defunciones, en pro del desarrollo y la inclusión social en nuestros pueblos originarios, no obstante, los aspectos planteados en las reuniones del Mercosur Indígena, corresponden a materias de orden público interno, no susceptible de modificación en instancias multilaterales.

Para finalizar, aspectos tales como la capacitación de nuestros funcionarios registrales en materias relativas a la cosmovisión, la interculturalidad, el aprendizaje de la fonética y escritura de los diferentes idiomas indígenas y la promoción del intercambio de experiencias en la gestión de los registros civiles dirigido a nuestros habitantes originarios, deben ser discutidos y abordados en estos espacios multilaterales, en aras de garantizar el derecho la identidad de nuestros ciudadanos y ciudadanas con respeto pleno a sus costumbres y tradiciones ancestrales.

